



# PROGRAMA TRILHAS POTIGUARES: UM MODELO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA?

Andréia da Silva Quintanilha Sousa  
Oswaldo Hajime Yamamoto

## RESUMO

O objetivo do presente trabalho é analisar o Programa Trilhas Potiguares, desenvolvido pela Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no período 1996-1999. Discutem-se as direções e os resultados do Programa a partir de uma concepção da extensão como um espaço contraditório, de ratificação de práticas de dominação e construção da hegemonia burguesa, mas também com forma de resistência e veiculação de outra visão de mundo, informada pela temática da cidadania e da democracia política e social.

### Palavras-chave

Extensão Universitária,  
Contradição,  
Universidade Brasileira.

## ABSTRACT

The focus of this study is the Project *Trilhas Potiguares*, carried out by the *Pró-Reitoria de Extensão (PROEX)* of *Universidade Federal Rio Grande do Norte* (Northeast of Brazil), in the period 1996-1999. We discuss the directions and the results of this project from the standpoint of university extension as a place of contradiction, both of the maintenance of domination and bourgeois hegemony and of development of resistance strategies and dissemination of another view, informed by themes like citizenship and political and social democracy.

### Key-words

University Extension,  
Contradiction,  
Brazilian University.



## INTRODUÇÃO: A EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE

O conceito de extensão é complexo e cheio de significados. Nele se dá uma acumulação de contradições, paradoxos, ambigüidades, equívocos e mal-entendidos, o que torna extremamente difícil encontrar um único caminho nesse labirinto. Portanto, fazer uma análise de uma atividade de extensão como o Programa Trilhas Potiguares torna-se uma tarefa especialmente difícil, haja vista o mesmo ser composto de vários projetos em diferentes áreas do conhecimento e seus participantes possuem as mais diferentes concepções de extensão.

Para Reis (1984), existem duas linhas de ação em curso no Brasil: a primeira, centrada na oferta de serviços (vertente “eventista-inorgânica”) e a segunda, voltada para as ações com caráter de permanência, presente tanto no processo formativo quanto na produção de conhecimento (vertente “processual”).

É nessa segunda perspectiva que se alinham autores como Saviani (1987) e Botomé (1996). Para o primeiro, a extensão “não-extensionista” permitiria a articulação da universidade com a sociedade, de modo que o que ela produz como conhecimento (pesquisa) e difunde (ensino) não ficasse restrito à comunidade interna à universidade. Para o segundo, um caminho para que a extensão deixe de ser uma das principais responsáveis pela descaracterização da universidade – tema também presente em Cunha (1989) –, seria articulá-la com a produção do conhecimento.

Tavares (1997), por seu turno, defende a possibilidade de a extensão efetivar-se dentro de um projeto político global, veiculando a democratização através do relacionamento com a sociedade – através da elaboração de conhecimento acessível a camadas populares e não só à elite cultural ou econômica. Em suma, representa a retomada da tese de Saviani (1987), da extensão, articulada com pesquisa e ensino, em seu papel de socialização do saber.

Cordeiro (1986) traduz essa questão afirmando que, para superar a influência cultural dominante e elitista, existiriam dois desafios para a universidade: a construção de uma cultura democrática e a tarefa de se auto-rever frente aos ensinamentos da sociedade.

Melo Neto (1997) expressa, do nosso ponto de vista, essa questão de forma mais adequada: a extensão não tem tido apenas o papel de contribuir para a ratificação das práticas de dominação e construção da hegemonia burguesa<sup>1</sup>, mas como forma de resistência e de veiculação de outra visão do



mundo pela colocação da temática da cidadania, da democracia política e social, dos direitos humanos, da igualdade entre outros. Caberia, segundo o autor, às forças internas comprometidas com o movimento democrático, resgatar um projeto de universidade que restabeleça possíveis laços com as lutas sociais, promovendo a produção de conhecimento que seja relevante, social e cientificamente, nos diversos campos do saber, fortalecendo uma cultura inovadora, aberta e crítica. Esta é a compreensão de extensão que norteou o presente estudo.

As universidades brasileiras procuram se alinhar dentro dessa perspectiva, a tomar como referência as posições expressas no I Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas. A extensão, nesse fórum, foi considerada um

“(...) processo educativo, cultural e científico, que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e a sociedade. A extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica que encontrará a sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será associado àquele conhecimento. Este fluxo que estabelece a troca de saberes sistematizado, acadêmico e popular, terá como consequência resultante do confronto com a realidade brasileira e regional: a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade (Garrafa, 1989, p.109)

Nessa direção, o Programa “Trilhas Potiguanas”, instituído pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no ano de 1996, sintonizada com as proposições do Fórum de Pró-Reitores, é o carro-chefe da universidade no campo da extensão universitária.

A presente pesquisa procurou reconstituir a memória dessa atividade, uma contribuição para o registro de um programa de extensão cuja amplitude e pertinência merecem atenção. Afinal, o conjunto de documentos (relatórios, fotos, entrevistas) não pode ficar “por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o



poder. Só análise do documento enquanto monumento permite a memória coletiva recuperá-la e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa". (Le Goff, 1994, p. 545)

Portanto, nosso objetivo de reconstituir a memória do Programa Trilhas obedeceu a critérios de valor que indicam que todo pesquisador deve confrontar as fontes de um mesmo acontecimento, pois é regra geral que essas fontes divirjam, contradigam-se, não apenas na avaliação, mas até mesmo na descrição dos fatos. Contudo, essas fontes devem ser conservadas e este foi nosso objetivo: preservar a memória do Programa Trilhas Potiguares.

Nesta direção, procurou-se catalogar os diferentes projetos, seus componentes por cursos, objetivos de cada atividades desenvolvidas<sup>2</sup>.

Privilegiamos os relatórios dos participantes (coordenação, discentes e técnicos administrativos) e depoimentos colhidos dos documentos elaborados pela Pró-Reitoria de Extensão (PROEX). Além disso, entrevistamos algumas autoridades locais (tais como prefeito de Lagoa de Velhos, a secretária de Educação de Senador Elói de Sousa e a secretária de Ação Social de Santa Maria), membros da administração superior da Universidade, no quinquênio 1995 a 1999, coordenadores, executores e organizadores do Programa.

É conveniente ressaltar, ainda, que as visitas à PROEX para catalogar as informações restringiram-se ao período de 1996 a 1999<sup>3</sup>; portanto, as eventuais mudanças ocorridas posteriormente não estão aqui sendo contempladas.

Como afirma Jover Teles (1981, p. 23), é necessário liquidar a tendência "nociva de pretender-se publicar somente obras acabadas, completas". De fato, a isso talvez chegaremos, não individualmente, mas como resultado de um trabalho coletivo que tenha por base a contribuição parcial de cada um. Com este artigo, oferecemos aos leitores e aos estudiosos da extensão uma pequena parcela de dados e indicações acerca das ações desenvolvidas pelo Programa Trilhas Potiguares da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) no período supracitado.

Outrossim, gostaríamos de ratificar que as análises tecidas neste artigo explicam-se na medida que o pesquisador não só descreve, mas também avalia os fatos. Embora não possamos escapar do fator subjetivo na produção do conhecimento, a busca da objetividade é sempre a meta do pesquisador. Entretanto, sabemos que os fatos que selecionamos e consideramos importantes diferem de um pesquisador para outro, assumindo contornos próprios diante de diferentes métodos de análise.



## O PROGRAMA TRILHAS POTIGUARES: CONCEPÇÃO, CARACTERÍSTICAS E ATIVIDADES

O Programa Trilhas Potiguares, cuja primeira edição tem lugar no ano de 1996, foi inspirado em um Projeto desenvolvido pelo Centro Acadêmico de Geografia da UFRN – o Projeto Pé-na-Trilha – que tinha como característica principal o interesse de conhecer o Estado do Rio Grande do Norte, através de caminhadas que possibilitassem entrar em contato com a realidade geofísica e humana da região<sup>4</sup>.

O Programa Trilhas Potiguares é apresentado por seus organizadores como uma iniciativa inovadora da UFRN para

“verticalizar experiências de atuação em comunidades, associando-se-lhes referenciais de continuidade, pertinência e acompanhamento sistemático da ação integradora entre Universidade e a Comunidade Potiguar, sem perder de vista a sua universidade, a nova ordem econômica mundial, os avanços tecnológicos e os paradigmas contemporâneos, entre os quais o de ética”. (UFRN, 1999, p. 6)

52 Ao longo do período estudado, foram realizadas quatro edições das Trilhas. De ano para ano, algumas mudanças quanto às características e, mesmo, direções do Programa podem ser observadas.

Na primeira edição, no ano de 1996, participaram cerca de 300 pessoas, entre professores, funcionários e estudantes. As quatro equipes então constituídas percorrem, em dois finais de semana (três dias cada), seis municípios, estações ecológicas e sítios arqueológicos na região do Seridó.

As ações desenvolvidas nessa primeira versão das Trilhas eram já bastante diversificadas. Existem projetos sobre prevenção epidemiológica conduzida por alunos do Curso de Farmácia, visando “despertar na comunidade o seu potencial de conhecimento em relação à saúde” (Pereira et al., 1996, p. 1), através de distribuição de folhetos, palestras e coleta de informações; a realização de oficinas de teatro por parte de estudantes do Curso de Educação Artística, visando despertar o interesse das pessoas pelo teatro, através do desenvolvimento de atividades como psicomotricidade, imaginação, corpo e voz (Revorêdo e Almeida Jr., 1996), de “oficinas pedagógicas” para levar aos professores locais noções atualizadas de didática, manejo de classe e dinâmica de grupo (Pinto, 1996); estudos sobre plantas medicinais por parte dos alunos do Curso de



Ciências Biológicas; visitas a sítios arqueológicos realizando transcrições de pinturas rupestres em poliuretano, entre diversos outros.

Em entrevista, a coordenadora do Programa<sup>5</sup>, afirma que, já neste primeiro ano, a idéia das caminhadas que marcavam o Projeto Pé-na-Trilha dos alunos de Geografia vão dando lugar a outras ações, que privilegiavam um maior contato com a população do município.

“No primeiro ano [1996], a gente fez dois momentos de Trilhas [duas equipes], uma que ainda seguia um pouco a metodologia do Pé-na-Trilha, [ou seja], equipes que andavam [...] a pé de uma cidade a outra, e tinham grupos de ação comunitária nas cidades. [A primeira] vendo os aspectos físicos, geográficos, geológicos dos locais por onde passavam com professores dando aula, eram equipes multidisciplinares; não iam só alunos de Geografia, mas na realidade você só estava colhendo, não estava deixando nada para a cidade, ao contrário daquelas outras equipes que estavam desenvolvendo ações nas comunidades. E, foi exatamente esta equipe que vingou, Tanto é que, em 1997, se abandonou completamente a idéia de caminhar. A gente viu que as Trilhas tinham que ser uma ação comunitária, ação de desenvolvimento na comunidade” (Medeiros, 2000)

Com efeito, na segunda edição das Trilhas, desenvolvida no ano de 1997, a nova diretriz é patente: a busca de envolvimento da universidade na resolução de problemas das localidades nas quais os projetos foram conduzidos. A articulação com a administração dos municípios era feita através de ofícios encaminhados pelas prefeituras à PROEX<sup>6</sup>.

Os documentos da PROEX registram que, naquele ano,

“... foram realizadas algumas trilhas, denominadas “extras”, para os municípios de Itajá (fevereiro) e Parazinho (abril), resultante de contatos feitos diretamente pelas Prefeituras com esta Pró-Reitoria”. (UFRN/PROEX, 1997)

Além da mudança de direcionamento, é notável o crescimento do Programa. Desta feita, oitocentos participantes foram distribuídos em vinte e dois municípios do Rio Grande do Norte, desenvolvendo um conjunto de oitenta e quatro projetos em diferentes áreas do conhecimento, conforme os documentos da PROEX<sup>7</sup>.



54 Partindo da premissa de atendimento às demandas locais e com o aumento do número de projetos e do contingente de estudantes envolvidos, a diversificação das ações é a decorrência esperada. São desenvolvidas, no segundo ano das Trilhas, atividades tão diversas como o diagnóstico da situação do sistema educacional do município de Itajá (ouvidos grupos de professores, jovens, comunidade em geral); a criação de associação de moradores que passaram a cultivar hortaliças e frutas no município de Parazinho; o trabalho de orientação com mulheres grávidas sobre aleitamento e pré-natal, doenças sexualmente transmissíveis por parte da equipe de Enfermagem; os trabalhos sobre prevenção dos problemas da coluna (com aplicação de questionários com a finalidade de “identificar as necessidades da população” e distribuição de “folhetins mostrando como prevenir a má postura”, (Pontes, 1997, p. 13); o levantamento histórico-cultural do município de Itajá pelo grupo de História (compreendendo a catalogação de objetos de valor histórico e a caracterização geográfica, econômica e social). Ainda, o Grupo de Educação e Serviço Social realizou discussões que abordaram temas como evasão escolar dos alunos que vão trabalhar na fabricação de cerâmica; necessidade da criação de conselhos tutelares, escolares e comunitários, conselhos municipal de educação e da criança e adolescente. Foram desenvolvidos também projetos paisagísticos, projetos de Informatização, grupos de estudos de tecnologia, Geologia, Paleontologia e Arqueologia.

Na sua terceira edição, em 1998, a seleção dos projetos que compõem o Programa passa a obedecer a critérios de seleção mais rigorosos (o que impõe uma limitação do número de alunos). Com o número de participantes reduzido para 350, foram visitados os municípios de Parazinho, Nova Cruz, Caranubais, Senador Elói de Souza, Ielmo Marinho, Serrinha, Lajes Pintadas, Açu (especificamente nas áreas de Lagoa do Piató e Gruta dos Pingos) e Montanhas, entre os dias 25 a 29 de maio de 1998.

Mas, para além da mudança nos critérios de seleção dos projetos e composição das equipes, observa-se a preocupação de executar atividades direcionadas para solução dos problemas apresentados pelos prefeitos, de alguns municípios, através de ofícios encaminhados à PROEX<sup>8</sup> - ou seja, o aguçamento da diretriz de atender às “demandas das cidades” (Fernandes e Diniz, 1998).

Nessa direção, as ações são focadas em trabalhos como a prevenção da cárie, de problemas da coluna, de verminoses, do câncer de mama e



ginecológico; a valorização sócio-cultural e noções de direito e cidadania; o diagnóstico para promover o turismo; levantamentos e catalogações de sítios arqueológicos; caracterização geográfica, econômica, social e histórico-cultural de diversos municípios; oficinas de artes e discussões de temas como evasão escolar, criação de conselhos tutelares, escolares e comunitários.

De um modo geral, as atividades realizadas compreendiam palestras, pinturas, distribuição de material didático pedagógico, painéis, debates, gincanas, teatro, levantamento epidemiológico, coleta de campo, reconhecimento da realidade atual do município, medidas preventivas (DST, aborto e alteração postural), entre outras.

De acordo com os executores dos projetos analisados, os objetivos primordiais eram transferir conhecimento, intervir na realidade da população visitada e associar os trabalhos às pesquisas de seu interesse. De um modo geral, a avaliação dos trabalhos é positiva, o que pode ser aquilatado pelo fato de, na maior parte dos relatórios, haver sugestão de retornos para dar continuidades aos trabalhos, dada a inviabilidade de atingir seus objetivos em espaço tão curto de tempo.

A principal diferença percebida na edição das Trilhas no ano de 1999 é relativa ao tempo de permanência no município e os retornos. Atendendo a uma solicitação dos participantes, em 1999, os “trilheiros” permaneceram nas cidades por dez dias (período de 1-10 de agosto), com retornos mensais previstos até dezembro de 2000.

“Quanto às diretrizes, a intervenção através de negociação com autoridades locais permanece sendo a tônica: os documentos elaborados pela PROEX naquele ano afirmam que as Trilhas Potiguares “são estruturadas a partir das realidades culturais e ambientais das localidades em que atuam e procuram aplicar metodologias que amadureçam e consolidem a participação dos moradores nos processos de planejamento e intervenção em sua comunidade”. (UFRN/PROEX, 1999)

Nessa edição, inclusive, foram realizadas “visitas precursoras”, com reuniões entre os coordenadores e as autoridades locais para a apresentação dos problemas do município<sup>9</sup>.

Para enfrentar os problemas detectados, os alunos apresentaram projetos que obedeciam a um roteiro elaborado pela coordenação das Trilhas (conforme





o “Manual do Participante” de 1999). As recomendações são, para exemplificar, na área educacional, a busca de uma maior integração entre o conhecimento elaborado pela universidade e as práticas desenvolvidas no interior, avaliando, debatendo e confrontando com as invocações educacionais, através da utilização de técnicas de grupo, oficinas, debates e palestras. No campo sanitário, o intento seria contribuir para a qualidade de vida da população, através de ações educativas e preventivas (como aplicação de flúor, treinamento para a adequada escovação dos dentes, verificação de pressão arterial etc.).

Com efeito, os projetos caminham nessa direção: perfis epidemiológicos relativos a parasitoses, reuniões com lideranças comunitárias, avaliação da situação de preservação de sítios arqueológicos, levantamentos da fauna e flora, enfim, a mesma diversificação das versões anteriores.

### **POR UM BALANÇO DO PROGRAMA TRILHAS POTIGUARES: ARTICULAÇÃO ENSINO-PESQUISA, ASSISTÊNCIA OU MUDANÇA?**

No documento-síntese do I Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas, referido anteriormente, a extensão era definida como “processo educativo, cultural e científico, que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e a sociedade”. (Garrafa, 1989, p.109)

56

Pela análise do material levantado acerca dos quatro primeiros anos de funcionamento do Programa Trilhas Potiguaras, o alinhamento com tal diretriz é bastante evidente. A tradução do significado da diretriz pela PROEX, consubstanciada nos documentos e nas ações conduzidas, contudo, demanda uma atenção mais detida.

O primeiro segmento da asserção diz respeito à compreensão da extensão como forma de articulação entre ensino e pesquisa. As ações empreendidas nas diversas versões das Trilhas em seus diferentes projetos, assim como o testemunho dos participantes, não deixam margem para dúvidas acerca da importância do Programa para a formação do estudante, pela vinculação entre extensão e ensino, através da exposição ao real e pela possibilidade de intervenção<sup>10</sup>. A produção de conhecimento, terceiro elemento da relação que se defende como objetivos indissociáveis da Universidade, é um pouco mais ambígua.



É inegável que diversos projetos desenvolvidos pelas Trilhas têm não somente potencial mas produção efetiva de conhecimento. As descobertas de sítios arqueológicos (como, por exemplo, na cidade de Patu), os levantamentos da fauna e da flora, das condições de saúde das populações visitadas são exemplos dessa atividade.

Se a existência da atividade de extensão parece inegável, não se pode dizer o mesmo com relação à extensão como a *articulação* entre ensino e pesquisa. As dificuldades para a consecução desse intento, se viável, começa pela compreensão da questão pelos próprios protagonistas. Para exemplificar, tomemos um excerto do depoimento da coordenação do Programa:

“[...] por causa das Trilhas, por exemplo, foi feito todo um levantamento faunístico e florístico da região do Seridó [...], um trabalho de pesquisa pura; não foi feita extensão. Os alunos que participaram dessa pesquisa junto com o professor Adalberto Varela [...] não tinham atuação específica na comunidade”. (Medeiros, 2000)

A postura da coordenação torna-se mais clara na seqüência do seu raciocínio:

“Isto aqui [referindo-se a UFRN] não é instituto de pesquisa. Instituto de pesquisa, vai fazer pesquisa pura mesmo e, mesmo assim, o Instituto de Pesquisa tem que fazer pesquisa para dar retorno à sociedade” (Medeiros, 2000)

Cabe indagar: há, por parte do Programa, um esforço efetivo para a integração das três atividades-fim da universidade, ou é possível inferir a existência de uma atitude de desvalorização de posturas investigativas que não estejam articuladas com o atendimento de uma demanda específica?

Esta consideração nos remete à segunda parte da diretriz do I Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas, qual seja, a possibilidade de a extensão, articuladora do ensino e da pesquisa, constituir-se em uma força transformadora entre a universidade e a sociedade.

O Programa, desde sua primeira edição, demonstra a sua vocação para a intervenção como forma privilegiada de desenvolvimento dos projetos. Tal direcionamento se torna muito mais evidente a partir da segunda versão, quando o Programa passa a atender reivindicações das prefeituras das cidades que seriam visitadas.



Além das reivindicações expressas, diagnósticos são conduzidos e linhas de ação a serem implementadas sugeridas para os participantes. O enfoque adotado, sobretudo a partir do ano de 1997, é solucionar os problemas dos municípios, nas mais diversas áreas: educação; saúde; turismo; lazer e cultura, buscando uma “integração entre a universidade e a comunidade”. (Lopes e Silveira, 1997, p. 5). O lema passa a ser “detectar problemas e apresentar propostas para solucioná-los”. (Pontes, 1997, p. 8)

A questão que merece consideração diz respeito à possibilidade de que essas ações pontuais possam “intervir” na realidade desses municípios, promovendo mudanças significativas. Este, talvez, seja o maior problema nos encaminhamentos dados pela coordenação do Programa Trilhas, pois privilegiar as demandas do município podem comprometer a realização do potencial científico-tecnológico da Universidade. Sem dúvida, enfrentamos o desafio de ampliar e produzir localmente o avanço do conhecimento, sem descaracterizar as potencialidades nacionais e peculiaridades culturais. Entretanto, as universidades localizadas em regiões menos desenvolvidas não podem, a despeito dos problemas pungentes com os quais possam ser confrontadas no cotidiano, perder a oportunidade de consolidar o seu potencial inovador, realizando – como afirma Trigueiro (1999) – novas pesquisas e se articulando, em nível internacional, ao progresso da ciência e da tecnologia.

É importante não perder de vista que o modelo que se quer hegemônico é de uma universidade que responda às necessidades externas, tornando-se cada vez mais uma organização multifuncional e utilitária. Este novo modelo internacional deve ter uma forte ênfase na graduação e ser cada vez mais seletivo na pesquisa, estando esta em igualdade com a prestação de serviços econômicos e sociais, pois a instituição deve voltar-se mais para o “cliente” pois são eles que controlam os recursos, são eles que escolhem o destino e a direção.

Não se questiona que o conjunto do conhecimento produzido pela universidade deve estar à disposição da sociedade em que ele se encontra, para usá-lo e beneficiar-se com ele – como vem sendo desenvolvido na UFRN através de Programa Trilhas Potiguares. Entretanto, é preciso cuidado no exame das formas de cooperação e de convênios com órgãos públicos. Se não se pode negar a importância de trabalhos de assistência social desenvolvidos pelo Programa – sobretudo em um país como o nosso, fortemente marcado pela iniquidade social – *quanto articulados com o ensino e a pesquisa, a simples*



ocupação por parte da universidade do vácuo deixado pelo progressivo descomprometimento do Estado no setor do bem-estar é altamente questionável.

Além do mais, a linha que separa trabalhos de natureza *assistenciais* dos *assistencialistas* é bastante tênue, podendo comprometer a especificidade acadêmica, levar a universidade a incorporar a lógica do mercado com sérios prejuízos para a sua identidade e torná-la um instrumento das injunções políticas locais.

É importante salientar que a preocupação com tal linha divisória está presente nos documentos e nos depoimentos. A coordenação do Programa, ao mesmo tempo em que ratifica a importância de a universidade estar envolvida em trabalhos sociais, voltados para solução dos problemas da realidade, expressa sua preocupação para que não haja uma compreensão distorcida das ações das Trilhas com trabalho assistencialistas ou paternalistas:

“Você não precisaria nem ser coordenador do projeto para estar envolvido nesse trabalho [...]. Se no seu Departamento tem uma cartilha que foi produzida, por que não trazer para ser divulgada nas comunidades? [...] As Trilhas, como o próprio nome diz, são um meio de abrir caminhos, uma forma de levar o trabalho da universidade para todo o Estado. [Contudo,] uma das coisas que a gente não quer é [...] um trabalho assistencialista nem paternalista. É um trabalho completamente diferente, primeiro a gente não dá, você não doa nada, só doamos nossa disposição para trabalhar.” (Medeiros, 2000)

59

A preocupação para que não haja comparação do Programa Trilhas com ações “assistencialistas” é compartilhada, por exemplo, pelo coordenador do município de Carnaubais. Em entrevista, Marcus Nóbrega Diniz afirma que as ações do Programa não devem ser focalizadas, tampouco obedecerem a uma perspectiva assistencialista. A ênfase na intervenção toma ainda um caráter crítico se considerarmos um outro aspecto perceptível na análise dos aproximadamente duzentos projetos, em diferentes áreas do conhecimento que compõem o Programa Trilhas: a ausência de uma unidade, com a adoção de diferentes tipos de orientações com respeito à concepção de extensão.

Com efeito, é possível encontrar projetos centrados na oferta de serviços característicos da vertente “eventista-inorgânica” (Reis, 1984), projetos com viés do “borrifar caridoso” (Ribeiro, 1982) e outros procurando veicular a



democratização através da elaboração de conhecimento que ratifique temáticas da cidadania, direitos humanos fundamentais e igualdade de oportunidades. (Melo Neto, 1997)

Seria difícil esperar uma homogeneidade nas concepções de extensão, bem como nas ações desenvolvidas, pois no interior da universidade reaparecem divisões sociais, diferenças políticas e projetos culturais distintos, ou seja, a universidade é uma instituição social e, nessa qualidade, exprime a realidade social das divisões, das diferenças e dos conflitos da sociedade que esta inserida. Contudo, tratando-se do programa de extensão por excelência da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, parece indispensável equacionar tais diferenças, pois a vocação científica da universidade depende da posição que ela tome ante ao modelo econômico político implementado (Chauí, 2001).

Assim, embora pareça exagerada a asserção de Cunha (1989) que associa a “crise de identidade” das universidades com a atividade de extensão - pois compreendemos que a crise das universidades têm raízes mais profundas, é inegável que enfrentamos uma perda da especificidade acadêmica, se hospitais universitários, creches e escolas, programas de conscientização, dentre outros, não tiverem uma vinculação clara com as demais atividades-fim da instituição. Tem pertinência, portanto, a preocupação do autor, ao alertar para que a universidade não perca sua especificidade, sendo confundida com outras instituições sociais.

A questão principal que se coloca em empreendimentos como o Programa Trilhas Potiguarês, que buscam intervenção a partir de demandas locais no chamado campo das políticas sociais, é que a maior parte dos municípios envolvidos têm graves problemas que são expressão, desnecessário dizer, da lógica excludente da acumulação capitalista. A “questão social” na idade dos monopólios, objeto de intervenção contínua e sistemática do Estado, é fragmentada e transformada em campo das “políticas sociais” setorializadas (Netto, 1992).

É nesse terreno que a universidade, através da ação extensionista que não articula ensino e pesquisa, se movimenta. É importante lembrar que mesmo a “relação transformadora entre universidade e sociedade” vislumbrada pela diretriz do I Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas como decorrência da articulação ensino-pesquisa diz respeito à “troca de saberes sistematizado, acadêmico e popular”, ao “confronto com a



realidade”, à “democratização do conhecimento acadêmico e [à] participação da comunidade na atuação da universidade” (Garrafa, 1989, p.109)

Para além, a questão é extremamente problemática: a temática da instituição escolar, em qualquer nível, ser protagonista fundamental em qualquer processo de transformação de maior vulto já é uma questão superada na discussão dos educadores. Não se nega que à universidade brasileira está reservado o papel não só de formar quadros profissionais, muitas vezes para manutenção do *status quo*, mas também de contribuir com soluções reais e concretas para fazer face aos urgentes problemas nacionais. Contudo, como espaço contraditório, tais ações são complexas, tanto podem contribuir para acirrar a lógica do capital como servir de instrumento de compreensão dessa realidade através de um trabalho que vise o alcance de sua verdadeira universalidade.

Certamente, para os críticos da extensão como Cunha (1989), estas atribuições são próprias dos partidos políticos e ideológicos e à universidade não cabem essas atribuições, sob pena de perder a sua especificidade acadêmica. Para outros, como Andrade [1997?], é através dessas ações, buscando nos problemas sociais o desafio para as suas atividades-fim, que a universidade se situa historicamente e exerce seu papel crítico.

Seja como for, entendemos que o limite para a ação da extensão deve ser a da articulação com o ensino e a pesquisa. Ultrapassar esse marco é levar a universidade para um terreno pantanoso, em empreendimentos fadados ao fracasso.

61

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Arnon A. M. de. **Extensão: Função Vital**. Cadernos de Extensão Universitária, [São Carlos], v.2, n.7, p. 7-12, [1997?].

\_\_\_\_\_. **Entrevista sobre o Programa Trilhas Potiguares**. Natal, 1999. Entrevista concedida a mestrande Andréia da Silva Quintanilha Sousa em 08/12/99.

BOTOMÉ, Silvio Paulo. **Pesquisa alienada e ensino alienante: o equívoco da extensão universitária**. Petrópolis: Vozes, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Uma nova política para educação superior**. Brasília: Comissão Nacional para a reformulação da educação superior. Brasília, nov.1985.



CÂMARA, Antônia Cláudia Jácome da. **Projeto Trilhas Potiguaras: São João do Sabugi**. Natal, 1999. Relatório final apresentado a PROEX em razão das atividades desenvolvidas como coordenadora no município de São João do Sabugi no período de 01 a 10 de agosto de 1999.

CHAUÍ, Marilena. **A Universidade operacional**. Folha de São Paulo, São Paulo, 9 de maio de 1999, Caderno Mais, p. 3.

\_\_\_\_\_. Universidade em ruínas. In: TRINDADE, Hélijo (org.). **Universidade em ruínas: na república dos professores**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes/Rio Grande do Sul: CIPEDS, 1999.

\_\_\_\_\_. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

CORDEIRO, Maria Celeste Magalhães. **Universidade e democracia: a importância da extensão**. Fortaleza: UECE, 1986.

CUNHA, Luís Antônio. **Universidade Temporã: o ensino superior da colônia a era Vargas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

\_\_\_\_\_. **Universidade crítica: o ensino superior na república populista**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

\_\_\_\_\_. **A Universidade brasileira nos anos oitenta: sintomas de regressão institucional**. Em Aberto, v.8, n.43, p. 8, jul/set. 1989.

DINIZ, Marcus César Nóbrega Montenegro. **As Ações do Programa Trilhas Potiguaras no município de Senador Elói de Souza**. Senador Elói de Souza, 1999. Entrevista concedida a mestrandia Andréia da Silva Quintanilha Sousa em 5 de agosto de 1999.

FERNANDES, Maria Goretti.; DINIZ, Marcus César Nóbrega Montenegro. **Relatório das atividades desenvolvidas na cidade de Carnaubais-RN**. Natal, 1998. Nota: Relatório das atividades desenvolvidas no Programa Trilhas potiguaras em Carnaubais no período de 25 a 29 de maio de 1998.

FRAGOSO FILHO, Carlos. **Universidade e sociedade**. Campina Grande: Grafset, 1984.

GARRAFA, Volney (org). **Extensão: a universidade construindo saber e cidadania: Relatório de atividades 1987/1988**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1989.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 3ª edição. São Paulo: Editora UNICAMP, 1994.



LOPES, Sérgio Luiz.; SILVEIRA, José Ricardo. **Projeto Trilhas Potiguares**. Natal, 1997. Relatório apresentado a PROEX em razão das atividades realizadas no Programa Trilhas Potiguares entre os dias 14 a 16 de fevereiro de 1997 em Itajá.

MEDEIROS, Márjorie da Fonseca e Silva de et al. **Projetos Trilhas Potiguares**. [Natal]:[s.n], [1996?]. "não paginada".

MEDEIROS, Márjorie da Fonseca e Silva de. **Entrevista sobre o Programa Trilhas Potiguares**. Natal, 2000. Entrevista concedida a mestranda Andréia da Silva Quintanilha Sousa em 29 de março de 2000.

MELO NETO, José Francisco de. **Extensão universitária: uma análise crítica**. Rio de Janeiro, 1997. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

NETTO, José P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

PEREIRA, Edineide da Costa et al. **Abordagem sobre a situação farmacêutica do município de São Paulo do Potengi**. [Natal?], 1996. Relatório apresentado a PROEX em razão das atividades realizadas no município de São Paulo do Potengi pelo programa Trilhas Potiguares no ano de 1996.

PINTO, Juliana Teixeira Jales Menescal. **Projeto Trilhas Potiguares Relatório Final (Cerro Corá)**. Natal, 1996. Relatório final apresentado a PROEX em razão das atividades realizadas na Trilha 2 em 1996.

PONTES, Iêda Matias. **Relatório da coordenação: município de Itajá**. Natal, 1997. Relatório apresentado a PROEX em razão das atividades realizadas no Programa Trilhas Potiguares da UFRN no ano de 1997.

QUEIROGA, Bernadete Lourdes. **Entrevista sobre o Projeto Pé-na-Trilha**. Natal, 1999. Entrevista concedida a mestranda Andréia da Silva Quintanilha Sousa em 15 de dezembro de 1999.

REIS, Renato Hilário dos. **A articulação ensino-pesquisa-extensão**. In: **ENCONTRO DE EXTENSÃO DA UNB**, 1, 1989. Anais... Brasília:[s.n.], [1989?]. 8f.(xerogr.)

\_\_\_\_\_.A conceituação da extensão universitária. **Educação Brasileira**, Brasília, v.6, n.12, p.43-54, jan/jun. 1984.

REWORÊDO, Jaqueline da Silva, ALMEIDA JÚNIOR, Tobias Crispim. **Relatório das atividades da oficina de teatro desenvolvidas na Trilha 1**. Natal, 1996. Relatório apresentado a PROEX em razão das atividades realizadas nos municípios de Barcelona e Lagoa de Velhos no Programa Trilhas Potiguares em maio de 1996.





RIBEIRO, Darcy. **A universidade necessária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra., 1982.

SALLES, Giselda Gomes. **CRUTAC: compromisso social ou projeto político pedagógico?**. Natal, 1986. 268p. Dissertação ( Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

SAVIANI, Demerval. Extensão universitária: uma visão não-extensionista. In: **Ensino público e outras falas sobre universidade**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1987.

SOUSA, Andréia da Silva Quintanilha Sousa. **Memória do Programa Trilhas Potiguares (1996 1999)**. Natal, 2000. p.233. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

TAVARES, Maria das Graças Medeiros. **Extensão universitária: novo paradigma de universidade?**. Maceió: EDUFAL, 1997.

TELES, Jover. **Movimento sindical no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Conclusão do Encontro de Pró-Reitores de Universidades Públicas Brasileiras**. Brasília:[s.n.], 1987.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **Plano Estratégico de Ação 1995-1999**. Natal: EDUFRN, [1995?].31p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **Relatório de atividades das Trilhas Potiguares**, 1997.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Pró-Reitoria de Extensão. **Trilhas potiguares: redescobrimo a América**. Natal:[s.n.], 1997. “não paginada”.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **Relatório de Gestão: 1995-1999**. Natal: EDUFRN, 1999. 147p

UFRN/PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO. **Trilhas Potiguares: manual do participante**. Natal, 1999.

UFRN/PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO. **Roteiro para Trilhas 2000**. Natal, 2000.



## NOTAS

<sup>1</sup> Fragoso Filho (1984) lembra que a extensão é algo imposto de fora da universidade, vinculada, sobretudo, ao aprimoramento das novas técnicas de produção – e amplamente utilizada pela UNESCO como estratégia para queimar etapas do desenvolvimento no terceiro mundo. Para um exemplo, basta lembrarmos da idéia dos CRUTACS prevista no Relatório Atcon. Maiores detalhes ler também Salles (1986).

<sup>2</sup> Uma análise exaustiva das atividades desenvolvidas pode ser encontrada em Sousa (2000).

<sup>3</sup> É necessário assinalar que, infelizmente, nem todo o material já produzido pelo Programa foi preservado ou estava acessível, seja devido a uma tradição cultural de desvalorização da memória, seja à falta de servidores para colaborar com a coordenação no sentido de registrar devidamente o rico material do Programa Trilhas Potiguaras.

<sup>4</sup> Bernardete de Lourdes Queiroga (1999), concluinte do curso em 1992 e membro das duas primeiras edições de Pé-na-Trilha, afirma que “[...] foi uma oportunidade de sair dos muros da universidade”. Na realidade, existem poucos registros dessa atividade que teve seu início em 1990 e permanece até hoje a ser desenvolvida pelo Centro Acadêmico de Geografia da UFRN.

<sup>5</sup> Márjorie da Fonseca e Silva Medeiros, da PROEX/UFRN.

<sup>6</sup> Cópias de alguns desses documentos podem ser encontrados em Sousa (2000).

<sup>7</sup> Para este estudo, analisamos 51 desse total de 84 projetos.

<sup>8</sup> Tivemos acesso aos ofícios encaminhados à PROEX dos municípios de Lagoa de Velhos (ofício nº 20/97) Venha Ver (Janeiro / 1997); Santa Maria (Março/ 1997); Cerro Corá (Abril/1997); Jardim de Piranhas (Abril/1997); Mossoró (Abril/1997); Macau (Junho/1997) e São Miguel (Julho/1997). Todos solicitando a presença das Trilhas Potiguaras em seus municípios.

<sup>9</sup> Para exemplificar, destacamos do Relatório Final da coordenadora do município de São João do Sabugi, Professora Antônia Cláudia Jácome da Câmara, os seguintes problemas: “elevado índice de repetência e evasão escolar, particularmente na zona rural. É também elevado o índice de analfabetismo entre a população.” (Câmara, 1999).

<sup>10</sup> “A gente trabalha muito em cima de demanda, pode até ser interesse do aluno desenvolver naquela área sua pesquisa, seu trabalho, o aluno se envolve e acaba levando aquele trabalho para dentro da sala de aula. Este é o papel das Trilhas: trazer para a sala de aula a realidade do Estado e ver formas de transformar esta realidade” (Medeiros, 2000)